



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA EM APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL - SERVIÇO DE
CONDUTORES**

Com base na Lei nº 14.133/21 e regulamentos estaduais vigentes



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO	5
2.1. Contratações Anteriores	9
2.2. Previsão no Plano de Contratações Anual - PCA	10
3. SETOR DEMANDANTE	10
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	10
4.1. Da Análise do Cenário Externo	10
4.2. Levantamento de Mercado	12
4.2.1. Modelo de Contratação	12
4.2.2. Análise de Segmento de Mercado	14
4.2.3. Descrição da Solução	16
4.2.4. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes	17
4.2.5. Parcelamento do Objeto	17
4.2.6. Avaliação comparativa (Benchmarking)	17
5. ESTIMATIVA DE PREÇOS	19
6. INSTITUCIONAL E LEGAL	20
7. AUDIÊNCIA PÚBLICA	21
8. CONSULTA AO MERCADO	21
9. DESENHO DA SOLUÇÃO	21
9.1. Descrição da Solução	21
9.2. Identificação dos Itens, Quantidades e Unidades	22
9.3. Informações Complementares	23
9.4. Definição da Natureza do Objeto	25
9.5. Processamento do Procedimento	29
9.6. Instrumentalização do Procedimento - Adoção do Sistema de Registro de Preços	29
9.7. Critério de Julgamento	30
9.8. Regime de Contratação	30
9.9. Forma de Execução	30
9.10. Habilitação	31
9.10.1. Qualificação Técnica	31
9.10.2. Qualificação Econômico Financeira	31
9.10.3. Habilitação Jurídica	32
9.10.4. Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista	33
10. DOS FORNECIMENTOS ACESSÓRIOS	34
11. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS	35
11.1. Duração do Contrato	35
11.2. Reajustamento de Preços	36
12. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS E TRANSIÇÃO CONTRATUAL	40
13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	40
14. DA SUBCONTRATAÇÃO	40



Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

15. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	40
16. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA	40
17. INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE	41
18. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE - DEMAIS CONSIDERAÇÕES	41
18.1. Contratações Interdependentes	41
18.2. Capacitação de Pessoal	41
18.3. Servidores que Participarão da Fiscalização do Contrato a ser Celebrado	42
19. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO	42
20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	42
21. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	42
22. RESPONSÁVEIS	43
23. ANEXOS	43



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa especializada em Apoio Técnico e Operacional - Serviço de Condutores.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Processo Administrativo: SEI-260002/005148/2025



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

1. **INTRODUÇÃO**

O presente documento aborda um Estudo Técnico Preliminar (ETP) essencial para garantir a contratação mais vantajosa para a administração pública a partir de um ambiente de competição igualitária entre os fornecedores de mão de obra de Apoio Técnico e Operacional - Serviço de Condutores.

A UENF busca a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão para a formação de profissionais competentes, inseridos na realidade brasileira e, principalmente, na realidade regional. Para cumprir esta missão pretende:

I - Criar e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico em todos os campos do saber;

II - Formar profissionais capazes de inovar e buscar soluções aos desafios da sociedade contemporânea com vistas ao exercício pleno da cidadania” (PDI-UENF, 2023).

Os campi UENF incluem, além do Campus Leonel Brizola, a Casa de Cultura Villa Maria, o Núcleo de Pesquisa em Zootecnia e Produção Vegetal na Escola Estadual Agrícola Antônio Sarlo, a Unidade de Apoio à Pesquisa na Estação Experimental da PESAGRO, todos em Campos dos Goytacazes/RJ, a Área Experimental em Itaocara/RJ, Campus Professor Carlos Alberto Dias em Macaé/RJ e o Campus Cabo Frio/RJ.

Este estudo tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda enumerada no Documento de Oficialização da Demanda, constante do Processo Administrativo: SEI-260002/005148/2025, de forma a apresentar a melhor solução, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações vigentes.

2. **NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

(I, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

A contratação do objeto especificado é motivada e justificada em razão da necessidade da UENF manter o pleno funcionamento as suas atividades de rotina, tanto finalísticas quanto operacionais, haja vista a necessidade de locomoção de servidores, alunos e colaboradores em deslocamentos locais, viagens intermunicipais e interestaduais, bem como o transporte de documentos e pequenas cargas, viabilizando as atividades administrativas que necessitem de deslocamento e/ou traslado, principalmente na medida em que a UENF possui unidades com endereços distintos.

A UENF não dispõe de número suficiente de servidores motoristas (vide anexo I) em seus quadros funcionais para a execução de todas as demandas endereçadas à Assessoria de Transportes, tendo em vista ser expressivo o transporte de cargas, servidores, alunos e colaboradores destinados à realização dos serviços e ações desenvolvidas pela Instituição. Ademais, os Servidores motoristas, em sua maioria, estão com mais de 60 (sessenta) anos, o que torna as atividades menos produtivas. No anexo I podemos observar as faixas etárias e o quantitativo de motoristas do quadro permanente de pessoal.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Tabela 1 - Faixa etária dos motoristas da UENF

Faixa etária	Quantitativo
de 40 a 50 anos	03
de 51 a 60 anos	06
de 61 a 70 anos	11
de 71 a 75 anos	1
Total	21

No tocante à frota, a Universidade conta com veículos, cujas aplicabilidades são variadas, pois vai do tráfego por vias regulares até estradas precárias das áreas rurais circunvizinhas e de outros estados.

Para a realização destes deslocamentos, nos últimos cinco anos, a frota foi expandida e hoje conta com o total de 38 (trinta e oito) veículos (vide Tabela 2). Desses, 34 (trinta e quatro) estão cadastrados na Dotação Veicular Oficial - DVO e os outros 04 (quatro) veículos seguem aguardando o devido credenciamento. Existem ainda, 03 (três) pick-ups da marca Mitsubishi modelo L200 que foram adquiridas no final do ano de 2024 (carona em Ata de Registro de Preços) e que brevemente serão faturadas.

Tabela 2 - Relação de veículos da UENF

	Tipo	Marca/modelo	Ano	Placa
1	CAMINHÃO	AGRALE/8500	2009	LPS 1G37
2	CAMINHÃO PEQUENO PORTE	MERCEDES BENZ/SPRINTER 515	2023	SRG 7D33
3	CAMINHÃO PEQUENO PORTE	MERCEDES BENZ/SPRINTER 515	2023	SRC 2C03
4	AUTOMÓVEL	FIAT/DOBLO ELX 1.8	2008	HGF 4490
5	UTILITÁRIO LEVE	FIAT/STRADA FIRE	2008	LTS 0415
6	UTILITÁRIO LEVE	VW/SAVEIRO 1.6MI	2008	LVC 4597
7	UTILITÁRIO MÉDIO	FORD/RANGER XLS	2010	LOZ 3696



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

8	UTILITÁRIO MÉDIO	TOYOTA/HILUX CD 4X4	2006	LPB 8462
9	AUTOMÓVEL	PEUGEOT/PARTNER	2012	KVR 7905
10	UTILITÁRIO LEVE	PEUGEOT/HOGGAR	2012	LLR 4450
11	AUTOMÓVEL	VW/GOL 1.6	2008	KUX 3983
12	AUTOMÓVEL	VW/PARATI TRACK FIELD	2008	LPC 8016
14	UTILITÁRIO MÉDIO	MITSUBISHI/L200 TRITON	2008	KQV 1425
15	UTILITÁRIO MÉDIO	MITSUBISHI/L200 TRITON	2008	LPT 5308
16	UTILITÁRIO MÉDIO	MITSUBISHI/L200 TRITON SPORT GLS	2019	RKQ 0C01
17	UTILITÁRIO MÉDIO	MITSUBISHI/L200 TRITON SPORT GLS	2019	RJC 0B76
18	UTILITÁRIO MÉDIO	MITSUBISHI/L200 TRITON SPORT GL	2022	RKA 8I21
19	UTILITÁRIO MÉDIO	MITSUBISHI/L200 TRITON SPORT GL	2022	RKP 8H67
20	UTILITÁRIO MÉDIO	MITSUBISHI/L200 TRITON SPORT GL	2022	RIV 8B74
21	UTILITÁRIO MÉDIO	MITSUBISHI/L200 TRITON SPORT GL	2022	RJB 8I48
22	AUTOMÓVEL	NISSAN/VERSA 1.6	2019	LMY 6C31
23	AUTOMÓVEL	NISSAN/VERSA 1.6	2019	RJL 0B80
24	AUTOMÓVEL	NISSAN/VERSA 1.6	2019	RJR0B19
25	AUTOMÓVEL	NISSAN/VERSA 1.6	2019	LTU2A43
26	MINI-ÔNIBUS	PEUGEOT/VAN	2010	LLG 9845



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

27	VAN	MERCEDES BENZ/SPRINTER 15 PASS	2019	LUQ2D08
28	VAN	MERCEDES BENZ/SPRINTER 17 PASS	2023	SRA 7H62
29	VAN	MERCEDES BENZ/SPRINTER EXECUT	2023	SRE2B53
32	MICRO-ÔNIBUS	VOLARE/ATTACK 8 4X4	2023	SRL7D50
33	MICRO-ÔNIBUS	VOLARE/ATTACK 8 4X4	2023	SRI 7F13
34	MICRO-ÔNIBUS	VOLARE/ATTACK 8	2024	TTE 0A66
35	MICRO-ÔNIBUS	VOLARE/ATTACK 8	2024	TTB 0H11
36	MICRO-ÔNIBUS	VOLARE/ATTACK 8	2024	TTD 0C19
37	MICRO-ÔNIBUS	VOLARE/ATTACK 8	2024	TUI 0A75
38	ÔNIBUS RODOVIÁRIO	COMIL/CAMPIONE	2009	LPK 6681

Essa expansão da frota vem gerando o aumento do número de atendimentos prestados pela Instituição. Vale ressaltar que pelo fato da UENF ser uma das poucas instituições do Governo do Estado que tem sua sede fora do município do Rio de Janeiro, rotineiramente surgem necessidades acadêmicas ou administrativas de deslocamentos até a Capital do Estado, cuja ida e volta perfaz média de 600 km. Há ocasiões em que são necessários dois ou mais veículos no atendimento de demandas, para o mesmo dia em horários distintos. Fora isso, ainda temos que atender as aulas de campo e as visitas aos diversos experimentos em andamento. Não devemos esquecer os convidados que vem da capital do nosso Estado para participarem de bancas de doutorados, bancas de mestrados, ministrarem palestras e seminários. Temos ainda o compromisso com o atendimento aos campi da UENF nas cidades de Macaé, Itaocara e Cabo Frio.

No decorrer do exercício do ano de 2023, a Assessoria de Transporte não conseguiu atender, em sua totalidade, as demandas por solicitação de transportes. Já no exercício do ano de 2024 essa dificuldade foi aumentada. Evidentemente motivada pela expansão da frota. Assim, considerando que:

- o crescimento da Universidade é uma condição natural;
- o deslocamento de pessoal e material fatalmente acompanhará tal crescimento;
- a expansão da frota de veículos oficiais acompanha o crescimento da Universidade;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

d) não está previsto concurso público para cobrir a vacância do cargo de motorista;

Podemos então concluir que é extremamente necessário a contratação de empresa especializada em Apoio Técnico e Operacional - Serviço de Condutores, para que a Universidade continue avançando em direção ao futuro de maneira naturalmente produtiva.

Nessa perspectiva, a SEPLAG é o Órgão Central do Sistema Logístico, responsável por coordenar a Gestão Estratégica de Suprimentos - GES, com base no Decreto nº 47.525/2021. Esta política estadual da GES tem o objetivo de promover a padronização, com vistas à uniformização e racionalização dos procedimentos de contratação e de gestão dos suprimentos, conforme inciso I, do art. 4º do referido Decreto.

Por iniciativa da SEPLAG, foi elaborado o Guia de Padronização de Contratação que está estruturado em seções distintas, cada qual abordando um aspecto fundamental desta uniformização, conforme Tabela 3:

• **Descrição dos Itens Padronizados (ID SIGA) - Tabela 3.**

ITEM	CÓD. ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. FORNECIMENTO	QTD.
1	188335	serviços técnicos operacionais: condutor de veículo de serviço, veículo: van, categoria CNH D, turno diurno, escala de 44 horas semanais.	serviço	10
2	188332	serviços técnicos operacionais: condutor de veículo de serviço, veículo: ônibus, categoria CNH D, turno diurno, escala de 44 horas semanais.	serviço	11

2.1. Contratações Anteriores

(II e IV, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

O presente estudo busca minimizar eventuais conflitos que possam surgir no decorrer da execução do contrato.

Porém, não existem relatos de contratações anteriores que possam oferecer uma visão mais detalhada das experiências. Logo, somente poderemos contar com experiências encontradas em contratos semelhantes, na tentativa de evitar a repetição de erros e consequentemente implementar as melhores práticas de gestão. O CatLog sugere aplicação de Avaliação Comparativa (Benchmarking).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

2.2. Previsão no Plano de Contratações Anual - PCA

(III, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

A presente contratação consta no Plano de Contratações Anual/RJ 2025, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 48.760/2023.

ID PCA no PNCP: 42498600000171-0-000030/2025

Data de publicação no PNCP: 01/08/2024

ID do item no PCA: Conforme Coluna ID PCA do item 9.2 deste ETP

3. SETOR DEMANDANTE

Em consonância com os termos do inciso V e parágrafo único do art. 6º, previstos no Decreto Estadual nº 48.816/23, informamos que a Assessoria de Transportes - ASTRAN é o setor demandante. É o Gerente do setor, também responsável pela elaboração do estudo e pela formação da equipe de planejamento. Este, por sua vez, indica mais dois servidores. Todos os nomes seguem listados abaixo:

- 1- Ailton Azevedo da Silva - Gerente da ASTRAN - ID nº 641676-4
- 2- Nadson Quintanilha Couto - ID Funcional nº 41855620;
- 3- Sérgio de Azevedo Pereira - ID nº 641152-5

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Análise do Cenário Externo

AMEAÇAS

Neste tópico serão apresentados alguns fatores externos que podem vir a impactar negativamente a execução do contrato.

4.1.1- Podemos considerar as mudanças nas leis de trânsito ou nas normas trabalhistas, que podem afetar a operação da empresa contratada, exigindo adaptações que podem gerar custos adicionais não previstos no contrato;

4.1.2- A presença de muitas empresas no mercado pode levar a uma guerra de preços, impactando a qualidade do serviço e a sustentabilidade financeira da empresa contratada;

4.1.3- Situações de instabilidade econômica podem afetar a viabilidade da empresa contratada;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Outro ponto que podemos apontar como negativo é o aumento da demanda por serviços de entrega e transporte que pode criar oportunidades para empresas especializadas em mão de obra de condutores, que pode provocar a escassez desse tipo de mão de obra.

OPORTUNIDADES

Por outro lado, contribuindo de maneira positiva estão as inovações tecnológicas como:

4.1.4- aplicativos de gestão de frota, que podem melhorar a eficiência e a segurança dos serviços prestados;

4.1.5- colaborações com outras empresas ou setores que podem expandir a oferta de serviços e aumentar a competitividade;

4.1.6- um contrato bem elaborado garantindo bom entendimento entre a empresa contratante e a empresa fornecedora, principalmente nas questões de responsabilidade civil e trabalhista;

PERSPECTIVAS LEGAIS

Por fim, o nível de consciência das perspectivas legais garante que a contratação seja feita dentro dos parâmetros legais, evitando complicações futuras. Essa abordagem proativa pode levar a soluções mais eficazes e sustentáveis para a necessidade de mão de obra de condutores de veículos.

Aspecto	Situação Legal no Estado do RJ
Terceirização de motoristas	Permitida como atividade-meio
Subordinação direta	Vedada (conduz à descaracterização da terceirização)
Contratação direta de pessoa física	Vedada , salvo hipóteses legais excepcionais
Justificativa e planejamento prévio	Obrigatórios conforme Lei 9.433/2021 e Res. SEPLAG
Fiscalização do contrato	Obrigatória



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

No âmbito do relacionamento jurídico para a contratação em questão, é imprescindível estabelecer uma relação sólida e transparente entre administração pública e a empresa prestadora de serviços. O objeto da contratação consiste na terceirização de serviços de condutores de veículos, categorizados conforme habilitação necessária para cada tipo de veículo a ser conduzido.

4.2. Levantamento de Mercado

(VIII, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

Opção de Solução 01

Locação de veículos com motorista

Opção parece bastante prática, uma vez que o serviço de locação de veículos está bastante difundido no mercado nacional. No entanto, parece desvantajosa para a UENF uma vez que a universidade já possui uma frota de veículos para uso imediato, envolvendo carros de passeio e veículos pesados, como ônibus. Dessa forma, contratar a locação de veículos com motoristas não é uma opção vantajosa, pois a frota da universidade seria subutilizada. Assim, pelos motivos apresentados, descarta-se esta opção de solução para o serviço pretendido.

Opção de Solução 02

Contratação do serviço de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo diárias

A sua principal vantagem é a questão do atendimento imediato das necessidades de transporte, uma vez que o serviço envolve a disponibilidade de mão de obra com dedicação exclusiva. Além disso, o instrumento das diárias oferece flexibilidade para a realização de viagens mais longas, as quais necessitam de pernoite, por exemplo. Os valores obedecerão aos preços praticados no mercado, com base em valor estimado, definidos por pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal, ou em sites de referência, quando não encontrados naquele. Dessa forma, esta opção de solução se mostra vantajosa para o serviço pretendido.

Conclui-se que, diante das opções apresentadas anteriormente, aquela que se mostra mais vantajosa é a Opção de Solução 02 - Contratação do serviço de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra.

4.2.1. Modelo de Contratação

As principais modalidades disponíveis de licitação no serviço público são: Concorrência, Pregão, Leilão, Concurso, Diálogo competitivo. Destacam-se a concorrência e o pregão, como sendo as mais adotadas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Como forma de embasar o planejamento para a solução desta demanda, definindo o modelo de contratação, foram analisados alguns cenários:

CENÁRIO 1 - Contratar por meio de certame licitatório o objeto pretendido, com a participação de empresas que possam atender logisticamente as demandas apresentadas; e

CENÁRIO 2 - Aderir a uma Ata Registro de Preços vigente de órgãos públicos federais ou estaduais, que atenda as especificações e quantidade dos serviços pretendidos.

CENÁRIO 1	
Descrição	Contratar por meio de certame licitatório o objeto pretendido, com a participação de empresas que possam atender logisticamente as demandas apresentadas.
Análise do cenário	<p>O presente cenário tem por objetivo analisar a possibilidade da contratação de serviços de condutores por meio de certame licitatório do objeto pretendido, com a participação de empresas que possam atender logisticamente as demandas apresentadas visando atender as demandas da UENF.</p> <p>Vantagens: Destaca-se como vantagem a possibilidade da Administração Pública alcançar a melhor gestão no uso dos recursos públicos, posto que com uma Licitação específica para aquisição do objeto consegue-se atingir uma melhor correlação entre o custo da contratação e o correto dimensionamento do objeto, contratando o objeto em total conformidade aos seus interesses, posto que a licitação terá sido realizada em conformidade com as delimitações do órgão licitante.</p> <p>Desvantagens: Inicialmente encontra-se como desvantagem neste cenário o tempo necessário para que se transcorram todas as etapas da licitação, ocasionando em uma demora maior entre a manifestação da necessidade de aquisição e a celebração contratual entre a administração pública e o fornecedor.</p>

CENÁRIO 2	
Descrição	Aderir a uma Ata Registro de Preços vigente de órgãos públicos federais, que atenda as especificações e quantidade dos serviços pretendidos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Análise do cenário	<p>O presente cenário tem por objetivo analisar a possibilidade de contratação de serviços de condutores por meio de adesão a uma Ata Registro de Preços vigente de órgãos públicos federais, que atenda as especificações e quantidade pretendidos pela UENF.</p> <p>Vantagens: Destaca-se como vantagem a diminuição dos custos, visto que a possibilidade de adesão a uma ARP, elaborada mediante licitação promovida por outros entes públicos, gera maior celeridade no processo de aquisição e menor dispêndio laboral, por consequência, menor custo.</p> <p>Desvantagens: Inicialmente encontra-se como desvantagem neste segundo cenário a possibilidade dos preços praticados na ARP que for alvo da adesão estarem acima do valor de mercado do objeto. Tal fato pode ocorrer devido a diversos fatores, como pesquisa de preço inadequada, período de maior ou menor demanda no mercado, características do objeto a ser adquirido, quantidades e especificidades da Instituição.</p>
---------------------------	---

Por se tratar de demanda específica, considerando as características da necessidade da UENF para melhor atender às solicitações de deslocamentos de servidores, alunos e visitantes, o modelo que melhor se aplica é o Pregão Eletrônico, proporcionando maior eficiência na contratação.

4.2.2. Análise de Segmento de Mercado Características do segmento

- **Alta demanda constante:** Transporte de cargas, passageiros, serviços públicos e privados depende intensamente de motoristas.
- **Escassez de profissionais:** O mercado enfrenta falta de motoristas qualificados, agravada pelo envelhecimento da categoria e baixa atração de jovens.
- **Diversificação dos modelos contratuais:**
 - **CLT direto:** tradicional, mas oneroso para empregadores.
 - **Terceirização / contratação de empresas especializadas:** comum em órgãos públicos e empresas privadas para redução de custos trabalhistas e flexibilidade.
 - **Plataformas digitais:** modelos mais recentes, onde motoristas autônomos são conectados a demandas via apps (ex: Motorista PX).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Tendências atuais

- **Aumento da terceirização e dos contratos via pregão eletrônico:** Órgãos públicos preferem contratar serviços contínuos de motoristas por empresas terceirizadas, via pregões com critério de menor preço e dedicação exclusiva.
- **Crescimento de plataformas digitais** que facilitam contratação rápida e sob demanda, com motoristas autônomos, reduzindo custos fixos e riscos trabalhistas.
- **Foco em segurança e qualificação:** Com a pressão regulatória e necessidade de redução de acidentes, motoristas com certificações e treinamentos específicos têm maior demanda.

Desafios

- **Riscos trabalhistas:** Para terceirização e plataformas, é fundamental respeitar a legislação para evitar vínculos trabalhistas indevidos.
- **Regulação e compliance:** Normas de trânsito, segurança no trabalho, além de requisitos ambientais impactam a contratação.
- **Concorrência acirrada:** Muitas empresas de terceirização disputam contratos públicos e privados, exigindo inovação e qualidade para se destacar.

Principais players

- **Empresas especializadas** em terceirização de mão de obra (ex: Privina, RMC Locação, Excelência Locação)
- **Plataformas digitais:** Motorista PX, Frete Rápido, TruckPad (essas conectam autônomos a empresas e clientes)
- **Órgãos públicos:** usam pregões eletrônicos para contratação contínua, normalmente com prazos anuais prorrogáveis.

Listamos abaixo algumas empresas atuantes neste setor de serviços contínuos de mão de obra de motoristas:

- Appa Serviços Temporários e efetivos LTDA.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prestação de serviços de motorista ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPE/RJ.

- Day Service Prestação de Serviços LTDA.

Prestação de serviços de motorista na Universidade Estadual do Paraná de Paranaíba - UNESPAR.

- LUA Serviços LTDA.

Prestação de serviços de motorista à Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso.

Desta forma, fica evidenciado que a contratação de serviços de condutores é frequentemente terceirizada por órgãos públicos para otimizar a gestão administrativa. A terceirização desse serviço permite a alocação eficiente de recursos, evitando a necessidade de contratação direta de funcionários e garantindo a continuidade das operações.

4.2.3. Descrição da Solução

4.2.3.1. A solução descrita neste ETP deverá definir de forma clara o objeto e escopo contratual, explicitando o serviço de motorista profissional, destacando o regime de trabalho (dedicação exclusiva, jornada, local de atuação), ficando claro que o motorista será disponibilizado via empresa terceirizada, evitando vínculo direto com a contratante. Também deverão ser definidas as obrigações e responsabilidades da empresa fornecedora, incluindo treinamento, segurança, compliance e documentação (CNH, exames, registros).

4.2.3.2. O contrato formal detalhado deverá conter: escopo e quantitativo de motoristas, jornada e regime de dedicação, obrigações legais e trabalhistas da empresa prestadora, penalidades, fiscalização e garantia de cumprimento, cláusulas sobre responsabilidade civil, seguros, e compliance, assim como deverá ter previsão de cláusulas para garantir que a empresa mantenha regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

4.2.3.3. A Contratante deverá fiscalizar as condições de trabalho e cumprimento das obrigações legais, a atualização de documentação dos motoristas (CNH, exames médicos, cursos obrigatórios), o cumprimento da jornada e regras específicas de trânsito e registrar e documentar toda fiscalização para eventuais comprovações.

4.2.3.4. Deverá haver o cumprimento de normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), quando aplicável e o respeito aos limites de jornada, descanso e segurança estabelecidos.

4.2.3.5 O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, contados a partir da data indicada no



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

contrato, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada no contrato.

4.2.3.6. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as diretrizes trazidas nos arts. 33 a 41, do Decreto no 48.816/2023.

No caso em tela, foram considerados os seguintes pisos salariais para cada categoria profissional:

- Piso salarial condutor de veículos de serviço: R\$ 1.703,00
- Piso salarial condutor de van: R\$ 1.959,27
- Piso salarial condutor de ônibus: R\$ 3.137,75

Informações obtidas no CatLog - REDELOG

4.2.4. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica à presente contratação.

4.2.5. Parcelamento do Objeto

(VI, art. 7º do Decreto 48.816/2023)

No caso de serviços técnicos operacionais - condutores, o parcelamento do objeto não se mostra a opção mais conveniente para esta contratação, considerando a viabilidade técnica e econômica de sua execução ser realizada por empresa que reúna todas as etapas do serviço a ser contratado, a imprescindibilidade de aproveitar melhor as potencialidades de mercado e a competitividade do certame, sem perda de economia de escala e sem prejuízo do conjunto do serviço a ser prestado.

4.2.6. Avaliação comparativa (Benchmarking)

(VIII, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

Ao pesquisar contratações no âmbito do serviço público nas esferas Federal, Estadual e Municipal encontramos diversas licitações recentes, todas realizadas sob a égide da Lei 14.133/2021.

4.2.6.1. Contratações feitas no Próprio Órgão ou Entidade

Não houve contratação desta natureza em nenhuma ocasião anterior.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

4.2.6.2. Contratações feitas no Governo do Estado do Rio de Janeiro



Compras Públicas

30/07/2025 15:23

Sistema Integrado de Gestão de Aquisições

Resultado da Pesquisa de Editais e Licitações

Licitação	Unidade	Objeto	Modalidade	Data Publicação	Status
PE 001/24	DETRJ - DEP DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO EST DO RJ	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORISTA	PREGÃO ELETRÔNICO - 14.133/2021	14/05/2024	HOMOLOGADO
PE0194/25	UERJ - ADMINISTRACAO CENTRAL	UERJ-SERV FRETAMENT VEÍCULOS E MOTORISTA	PREGÃO ELETRÔNICO - 14.133/2021	29/04/2025	HOMOLOGADO

2 de 2 registros.

Em pesquisas utilizando as palavras-chave “motorista” e “14.133”, no portal de compras do Governo do Estado do Rio de Janeiro, não foram identificadas contratações recentes de serviços de mão-de-obra de motoristas. Foram localizadas contratações de locação de veículos com motorista.

4.2.6.3. Contratações similares de outros Estados e Entidades

Ata nº 00027/2025

Id ata PNCP: 13950733000139-1-000028/2025-000001

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 30/06/2025

Órgão: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA Local: Curitiba/PR

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de condução de veículos - motoristas - com dedicação exclusiva de mão de obra

Ata nº 00057/2025

Id ata PNCP: 10673078000120-1-000034/2025-000002

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28/07/2025

Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL Local: Campo Grande/MS

Objeto: Contratação de serviço continuado de motorista para atender as demandas da Reitoria e demais Campi do IFMS.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Ata nº 00021/2025

Id ata PNCP: 05440725000114-1-000068/2024-000001

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 19/05/2025

Órgão: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO Local: Petrolina/PE

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de condução de veículo oficial com dedicação exclusiva de mão de obra de motorista, para atender às atividades administrativas, de apoio operacional e auxiliar nas ações desenvolvidas pelos Programas Ambientais do PISF.

4.2.6.4. Conclusão do Benchmarking

A Tabela 4 representa o resumo do diagnóstico obtido pelo estudo:

Nº do PE	Órgão	Empresa	Valor Global R\$	Prazo de início do serviço	Prazo de Vigência (mês)
90018/2025 Ata nº 27/2025	Defensoria Pública do Estado do Paraná	G.A. Serviços de Apoio Administrativo EIRELI	1.868.371,12	26/06/2025	12 meses
90087/2025 Ata nº 57/2025	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Polo Administração Ltda	2.127.528,48	21/07/2025	12 meses
90033/2024 Ata nº 21/2025	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Mundial Terceirizadora Ltda	6.890.485,08	20/05/2025	12 meses
62/2023 Ata nº 01/2024	Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão	A M ABS EIRELI	1.183.752,00	11/01/2024	12 meses

Observa-se que nos casos pesquisados, identificou-se que as contratações para o objeto pretendido compartilham semelhanças quanto à duração contratual, pois as atas de registro de preços têm validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogadas por igual período, seguindo o estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021. O reajuste de preços, regime de execução e critérios de julgamento também têm semelhanças com o objeto pretendido. Seguindo esses padrões comuns temos o embasamento necessário para influenciar de maneira significativa a eficácia e transparência da contratação.

5. ESTIMATIVA DE PREÇOS

(inciso V, do art. 7º do Decreto 48.816/2023)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

1. Metodologias:

Após a análise de segmento do mercado e do benchmarking, onde buscou-se analisar contratações feitas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e contratações similares de outros Estados e entidades, verificou-se a viabilidade econômica da solução a ser contratada, conforme dispõe o inciso V, do art. 7º do Decreto Estadual 48.816/2023, ficando demonstrada que o valor registrado está compatível com o preço praticado pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A estimativa de valor foi baseada na Planilha de Composição de Custos - Apoio Técnico Operacional - Serviços de Condutores, disponibilizada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Subsecretaria de Logística, processo SEI-120001/002941/2024.

2. Documentos de Suporte:

Atas de Registro de Preços pesquisadas (item 4.2.6 deste ETP) e planilha fornecida pela RedeLog.

3. Sigilo da informação:

Não se aplica à presente contratação.

6. INSTITUCIONAL E LEGAL

A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as Normas vigentes de licitações e contratações públicas e incluir critérios e práticas de sustentabilidade e de redução de impacto ambiental, tais como:

- a) Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das condições para as licitações e contratos administrativos;
- b) Decreto Estadual nº 48.816 de 24 de novembro de 2023, que regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;
- c) Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizadas.
- d) Decretos Estaduais nº 48.650/2023, 48.821/2023 e 48.843/2023.
- e) Decreto nº 41.203/2008.
- f) E demais Normas regulamentadoras, além das legislações trabalhistas e Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

7. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Não se aplica à presente contratação.

8. CONSULTA AO MERCADO

Não se aplica à presente contratação.

8.1. Análise da possibilidade de licitação exclusiva e de cota reserva para micro e pequenas empresas

Não se aplica à presente contratação.

9. DESENHO DA SOLUÇÃO

9.1. Descrição da Solução

9.1.1. A contratação visa à prestação de serviços continuados de condução de veículos oficiais, com fornecimento de mão de obra dedicada, devidamente habilitada e treinada, para atender às demandas de transporte institucional dos diversos setores da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF.

9.1.2. Esses serviços são essenciais para o suporte às atividades administrativas e operacionais, tais como: transporte de servidores e colaboradores em atividades externas, entrega de documentos e materiais, deslocamentos a eventos institucionais, apoio logístico a laboratórios e unidades de ensino, entre outras finalidades previstas nos regulamentos internos da instituição.

9.1.1.3. A solução a ser adotada contempla os seguintes aspectos:

a) Qualificação da mão de obra: os profissionais deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com o tipo de veículo a ser conduzido, estar com exame toxicológico válido, e apresentar comprovação de experiência profissional compatível com as funções.

b) Escalas e jornadas: a empresa contratada deverá garantir a disponibilização dos motoristas conforme escalas previamente definidas, observando a legislação trabalhista vigente, inclusive quanto a intervalos, jornadas e horas extras.

c) Substituição de profissionais: a contratada deverá assegurar a substituição imediata de motoristas em caso de faltas, afastamentos legais ou desligamentos, sem prejuízo à continuidade dos serviços.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

d) Uniformização e identificação: os motoristas deverão estar adequadamente uniformizados, portando crachá com nome, foto e identificação da empresa contratada.

e) Responsabilidade por encargos trabalhistas e previdenciários: caberá à contratada a total responsabilidade pela contratação, remuneração e cumprimento das obrigações legais referentes à mão de obra disponibilizada.

f) Supervisão e controle: deverá ser indicada pela contratada uma supervisão responsável por acompanhar as atividades dos motoristas e servir como elo entre a empresa e a Administração Pública contratante.

g) Registro de ocorrências: os motoristas deverão manter registro atualizado das viagens realizadas, preenchendo formulários de controle (físico ou digital), que ficarão à disposição da fiscalização do contrato.

h) Eficiência e continuidade: os serviços deverão ser prestados de forma contínua, sem interrupções, garantindo o pleno atendimento às demandas da UENF.

i) O prazo de vigência contratual será de 30 (trinta) meses, a contar da data de assinatura do contrato, desde que após a publicação do extrato no Diário Oficial. Caso a assinatura ocorra antes da publicação, o prazo será contado a partir da data de publicação.

j) Nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos artigos 33 a 41 do Decreto Estadual nº 48.816/2023, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, mediante justificativa técnica e vantajosidade da prorrogação, até o limite de 10 (dez) anos, considerando a natureza continuada dos serviços.

k) Com essa contratação deseja-se admitir profissionais motoristas qualificados para desenvolver a execução dos trabalhos pretendidos, no mais alto nível técnico possível.

9.2. Identificação dos Itens, Quantidades e Unidades

CÓDIGO DE DESPESA : 3 3 9 0 3 9 - 1 2									
ITEM	ID PCA	ID SIGA	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	Tipo de contratação	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL POR 30 MESES
001	4877	188335	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONDUCAO DE VEICULOS, DESCRIÇÃO: SERVICOS TECNICOS OPERACIONAIS: CONDUTOR DE VEICULO DE SERVIÇO, VEICULO: VAN, CATEGORIA CNH D, TURNO DIURNO,	serviço	10	44 horas	R\$ 5.397,60	R\$ 53.976,00	R\$ 1.619.280,00



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CÓDIGO DE DESPESA : 3 3 9 0 3 9 - 1 2									
ITEM	ID PCA	ID SIGA	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	Tipo de contratação	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL POR 30 MESES
			ESCALA DE 44 HORAS SEMANAIS Código do Item: 0532.002.0049 (ID - 188335)						
002	4878	188332	SERVICOS ESPECIALIZADOS DE CONDUCAO DE VEICULOS,DESCRIÇÃO: SERVICOS TECNICOS OPERACIONAIS: CONDUTOR DE VEICULO DE SERVICIO, VEICULO: ÔNIBUS, CATEGORIA CNH D, TURNO DIURNO, ESCALA DE 44 HORAS SEMANAIS Código do Item: 0532.002.0046 (ID - 188332)	serviço	11	44 horas	R\$ 7.642,95	R\$ 84.072,45	R\$ 2.522.174,00
VALOR TOTAL								R\$ 138.048,45	R\$ 4.141.454,00

9.3. Informações Complementares

9.3.1. Espera-se com essa contratação admitir profissionais motoristas, habilitados na categoria D, com experiência comprovada na condução de passageiros em veículos do tipo van e ônibus. O profissional deverá apresentar CNH - Carteira Nacional de Habilitação com os seguintes registros: exerce atividade remunerada e é habilitado no transporte coletivo de passageiros.

9.3.2. Espera-se desses profissionais a disponibilidade para viagens de média e longas distâncias, inclusive ocasiões em que serão exigidos pernoites fora do município de Campos dos Goytacazes, por período pré estabelecido pelo CONTRATANTE. Tais períodos de afastamento poderão variar entre curta ou longa duração, a critério do CONTRATANTE.

9.3.3. Substituir, no prazo de até 04 (quatro) horas em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço do CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

9.3.3.1. Com relação ao motorista substituto, o mesmo deverá estar registrado no quadro funcional da Contratada, portanto é vedada a apresentação de condutores que não se enquadrem neste requisito.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9.3.4. Das diárias:

9.3.4.1. A empresa contratada deverá realizar pagamento de diárias de deslocamento sempre que seus funcionários forem requisitados pela CONTRATANTE para viagens a serviço. A CONTRATADA deverá pagar ao trabalhador as despesas decorrentes do seu deslocamento e de sua alimentação e/ou pousada, através de diárias correspondentes aos dias necessários à realização dos trabalhos requisitados. A CONTRATANTE deverá submeter ao Assessor de Transportes e à CONTRATADA, com no mínimo 2(dois) dias úteis de antecedência a solicitação de diárias com pernoite com as devidas justificativas e demais informações básicas das atividades a serem desenvolvidas no local. As referidas diárias deverão ser creditadas aos funcionários da CONTRATADA na véspera da viagem ou, no máximo, no dia da viagem e durante o seu trajeto.

9.3.4.2. O funcionário, em hipótese alguma, viajará sem o valor da diária creditado em conta ou levando consigo, em espécie.

9.3.4.3. O custo referente ao pagamento das diárias devidas ao trabalhador não deverá constar da PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, já que, de natureza eventual, será pago apenas quando efetivamente for necessário.

9.3.4.4. O valor cobrado a título de diária será destacado na nota fiscal, separadamente do total da remuneração. O ressarcimento à CONTRATADA, em virtude dos tributos gerados com a emissão da nota suplementar, deverá ocorrer no mês subsequente ao de incidência da diária.

9.3.4.5 A diária paga ao trabalhador para custeio das despesas de alimentação será CONCEDIDA SOMENTE QUANDO O PERÍODO DE AFASTAMENTO ULTRAPASSAR AS 4 HORAS, com pagamento

de 50% do valor. A partir de 4 HORAS ATÉ 8 HORAS DE AFASTAMENTO, será pago 100% do valor (Decreto Estadual nº 46.611/2019).

9.3.4.6. A diária paga ao trabalhador para custeio das despesas de pousada será CONCEDIDA SOMENTE QUANDO O PERNOITE ACONTECER DE FATO, e será pago 100% do valor.

Não se concederá diária quando:

- I - O deslocamento se der no próprio município sede da CONTRATANTE;
- II - Quando as despesas com alimentação ou hospedagem estiverem asseguradas gratuitamente ou correrem por conta de terceiros;

9.3.4.7. O número estimado de diárias de alimentação e/ou pousada a serem pagas ao longo da execução do contrato (30 meses) é de 240 (duzentos e quarenta). Estarão estabelecidos a quantidade e o valor das diárias, bem como a obrigatoriedade dos repasses de maneira integral aos funcionários, conforme a Tabela

5,

logo

abaixo:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

LOTE	ITEM	DIÁRIAS MENSAS ESTIMADAS	CUSTO*	CUSTO MENSAL ESTIMADO DIÁRIA	VALE JANTAR MENSAL ESTIMADO	CUSTO **	CUSTO MENSAL ESTIMADO VALE JANTAR	1/2 DIÁRIAS MENSAS ESTIMADAS	CUSTO*	CUSTO MENSAL ESTIMADO 1/2 DIÁRIA	CUSTO ESTIMADO MENSAL	CUSTO ESTIMADO MENSAL
	TRANSPORTE	120	R\$ 120,00	R\$ 14.400,00	120		R\$ -	120	R\$ 60,00	R\$ 7.200,00	R\$ 21.600,00	R\$ 259.200,00
1	TOTAL	120		R\$ 14.400,00	120		R\$ -	120		R\$ 7.200,00	R\$ 21.600,00	R\$ 259.200,00

*O valor de cada diária a ser repassada efetivamente aos motoristas será de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), valor aproximado ao menor valor pago ao servidor público do Estado do Rio de Janeiro, conforme previsto no Decreto nº 41.644 de 15/01/09 que Dispõe sobre Concessão de Diárias/Traslados e suas atualizações e de R\$ 60,00 (sessenta reais) para meia diária.

9.3.4.8. A Contratada deverá comprovar o repasse integral do valor da diária, mediante apresentação da cópia do recibo assinada pelo trabalhador juntamente com a nota fiscal.

9.3.4.9. O Item "DIÁRIA", constante desta licitação NÃO É OBJETO DE DISPUTA no certame tendo em vista que a sua redução excessiva na etapa de lances poderia trazer grande prejuízo ao trabalhador, já que de pequeno valor ou irrisório não cobriria as suas despesas de deslocamento, sendo prejudicado o seu desempenho e até mesmo acarretar a sua recusa em viajar.

9.3.4.10. A pedido da Contratada, a ser providenciado no momento da solicitação de repactuação de preços por alteração do valor salarial da categoria, havendo concordância expressa da DPRJ, o valor atribuído às diárias poderá ser reajustado com base no mesmo índice estipulado na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho para o salário da categoria.

9.4. Definição da Natureza do Objeto

9.4.1. Condições Gerais

9.4.1.1. O escopo desta contratação abrange o Apoio Técnico e Operacional - Serviço de Condutores, prestados de forma contínua, por colaboradores da CONTRATADA, devidamente qualificado e registrado no Sistema de Governança e Gestão de Transportes do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro - SIGETRANSF.

9.4.1.2. Os condutores deverão ser substituídos no prazo de 4 (quatro) horas (conforme item 9.3.3.), em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

9.4.1.3. Na impossibilidade de substituição dos profissionais originalmente alocados, ou ainda, no caso de atraso na substituição, mesmo que estes fatos não venham a implicar em prejuízo ao serviço e tenham sido previamente autorizados pelo Fiscal do Contrato, não ficará a empresa contratada isenta do desconto integral da hora não trabalhada ou de sua proporcionalidade homem/hora, na respectiva fatura.

9.4.1.4. O início de execução dos serviços deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis a partir da emissão da autorização de início dos serviços, devendo ser disponibilizados os funcionários para o cumprimento da escala de trabalho, conforme informado pela Contratante.

9.4.1.5. A CONTRATADA deverá informar qualquer motivo impeditivo que a impeça de iniciar a execução do serviço. Tal informação deverá ser apresentada em até 2 (dois) dias corridos anteriores ao prazo programado. Estará ela passível de aplicação de penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9.4.1.6. A contratada deverá informar em até 2 (dois) dias corridos anteriores ao prazo programado para o início dos serviços sobre qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de iniciar a execução dos serviços no prazo definido neste Termo de Referência, devendo apresentar comprovação para a justificativa apresentada, sob pena de aplicação de penalidade.

9.4.1.7. As faltas, eventualmente ocorridas, deverão ser supridas no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da comunicação da contratante ao preposto da empresa contratada. 2.5.1.7. O controle do cumprimento da carga horária será de responsabilidade do CONTRATADO, cabendo, exclusivamente a esta, a substituição de recursos humanos nas ocorrências de férias, falta, interrupção do cumprimento da carga horária ou solicitação de pessoal, independente da causa.

9.4.1.8. A nomenclatura dos postos mencionados ao longo deste Termo de Referência é a adotada na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT da Categoria.

9.4.1.9. O CONTRATADO deverá disponibilizar equipamento de comunicação móvel com internet que possibilite o acesso a aplicativos de comunicação a todos os motoristas, com o objetivo de que esses profissionais possam realizar e receber ligações e mensagens, sempre que necessário à perfeita execução das suas atividades. Os aparelhos que apresentarem defeito impossibilitando a comunicação deverão ser substituídos no prazo máximo de 3 (três) horas.

9.4.2. Dos Condutores

9.4.2.1. Para a execução dos serviços, o CONTRATADO deverá disponibilizar profissionais, com ensino médio completo, pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme o Código Brasileiro de Ocupações - CBO.

Código CBO nº 7824-05 - motorista de ônibus rodoviário;

Código CBO nº 7823-10 - motorista de furgão ou similar;

Código CBO nº 7825 - motorista de veículo de carga em geral;

9.4.2.2. Em razão da natureza específica na condução dos veículos da CONTRATADA, serão considerados qualificados para prestação dos serviços os condutores habilitados na categoria "D", conforme detalhado no item 9.3.1.

Categorias de Habilitação

As categorias envolvidas são:

- *Categoria B - Condução de veículo automotor de quatro rodas com até três vírgula cinco toneladas de peso bruto total e capacidade para até nove passageiros, contando com o motorista;*
- *Categoria C - Condução de todos os tipos de automóveis de categoria B e os veículos de carga, não articulados, com mais de três e meio toneladas de peso bruto total. Destaca-se que esse tipo de carteira de habilitação também permite a condução de veículos com unidades acopladas, sendo que o conjunto não pode ultrapassar seis toneladas;*



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- ***Categoria D - Condução de veículos incluídos nas categorias B e C, além dos veículos utilizados para transporte de passageiros que acomodam mais de 8 (oito) passageiros, como ônibus, micro-ônibus e vans.***

9.4.2.3. Solicitar, ao final do expediente, a assinatura do Boletim Diário de Transporte - BDT (conforme modelo no Anexo 1.8 da Minuta-Padrão de Termo de Referência), para controle da Gerência de Transporte, com as anotações de quilometragem de início e final da viagem, assim como também o horário de início e final da viagem e o itinerário percorrido.

9.4.2.4. Os condutores dos veículos deverão ter uma boa apresentação pessoal, prezar pela discrição, sabendo se portar diante dos passageiros, trajando uniformes e crachás.

9.4.2.5. Quando do recolhimento e da retirada do veículo, o motorista deve verificar:

1. Condições de limpeza interna e externa;
2. Nível do óleo do motor e água do radiador;
3. Pressão de ar dos pneus;
4. Funcionamento dos instrumentos de sinalização, velocímetro e do odômetro;
5. Funcionamento dos freios;
6. Documentação do veículo;
7. Acessórios e equipamentos obrigatórios;
8. Extintor de incêndio;
9. Triângulo;
10. Macaco mecânico;
11. Pneu de reserva;
12. Chave de roda;
13. Cinto de segurança;
14. Fixação dos adesivos laterais.

9.4.3 A verificação do momento da retirada e recolhimento dos veículos a que se refere o subitem.

9.4.3.1. , deverá ser atestada no Boletim Diário de Transporte (BDT) e assinada pelo condutor do veículo.

9.4.4 São responsabilidades dos condutores:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- 9.4.4.1. Respeitar os limites de velocidade e peso determinados por lei, não os infringindo sob nenhum pretexto;
- 9.4.4.2. Utilizar os veículos exclusivamente em serviço e para uso exclusivo da CONTRATANTE;
- 9.4.4.3. Ao término do serviço, recolher os veículos à garagem da proprietária CONTRATANTE;
- 9.4.4.4. Sob nenhuma hipótese, abandonar o veículo;
- 9.4.4.5. Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;
- 9.4.4.6. Assumir as multas a que der origem, aplicadas ao veículo, conforme informado no Decreto nº 46.626, de 3 de abril de 2019;
- 9.4.4.7. Não permitir o embarque de pessoas não autorizadas;
- 9.4.4.8. Não realizar mudança de rota sem autorização do setor de transportes;
- 9.4.4.9. Não fumar no interior dos veículos;
- 9.4.4.10. Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados;
- 9.4.4.11. Não ingerir bebidas alcoólicas ou substâncias entorpecentes, em hipótese alguma, quando em serviço;
- 9.4.4.12. Zelar pela conservação do veículo e comunicar, por escrito, eventuais falhas, mecânica ou operacional detectadas durante a execução do serviço, solicitando o reparo do veículo, assegurando seu perfeito estado de funcionamento, sob pena de negligência;
- 9.4.4.13. Comunicar imediatamente à fiscalização os incidentes e as ocorrências que fogem à rotina;
- 9.4.4.14. Receber e examinar as ordens de serviço e os agendamentos, verificando a rota e o local de destino, e a localização dos estabelecimentos onde se processam carga e descarga, para dar cumprimento à programação estabelecida;
- 9.4.4.15. Dar conhecimento imediato à Gerência de Transporte acerca de eventuais multas ou qualquer outra penalidade por infração de trânsito em caso de notificação presencial;
- 9.4.4.16. Comunicar-se com a Gerência de Transporte sempre que, durante a execução dos serviços, venha a ocorrer qualquer impedimento, com vistas às medidas de socorro, transporte de passageiros ou acionamento da perícia;
- 9.4.4.17. Em caso de acidente, aguardar no local da ocorrência mantendo o veículo sob sua guarda até sua liberação pelo representante do CONTRATANTE, exceto em caso de necessidade de prestação de socorro à (s) vítima (s) ou a si próprio, ou em caso de perigo ou risco iminente à vida ou a integridade física ou de outrem;
- 9.4.4.18. Certificar-se de que estejam no veículo os documentos e equipamentos de porte obrigatório e zelar pela fiel observância das regras fixadas pelo CONTRATANTE para utilização do veículo.
- 9.4.4.19 Os motoristas não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9.4.5 Das Infrações de Trânsito

9.4.5.1. A CONTRATANTE será responsável por todos os encargos relativos aos veículos, tais como IPVA, seguro DPVAT, taxa de emplacamento, com exceção das multa provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que tenham sido originadas pelo CONTRATADO.

9.4.5.2. O CONTRATADO deverá promover o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito efetuadas por seus condutores, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação efetuada pelo CONTRATANTE quando do conhecimento da infração. 9.4.5.3. Ao ser notificado de infração de trânsito, o CONTRATANTE encaminhará ao CONTRATADO, no prazo de 3 (três) dias úteis, a Notificação da Autuação, contendo informações e dados do veículo, hora e localização da multa, para que seja apontado o real infrator, nos termos do art. 257 do CTB.

9.4.5.4. O CONTRATADO deverá promover a possibilidade do condutor reconhecer, apondo sua assinatura na respectiva notificação, e/ou para resguardar o direito, por parte do condutor, de interpor recurso dentro do prazo previsto no subitem 9.4.5.2.

9.4.5.3. No prazo de 02 (dois) dias corridos do recebimento dos dados de que trata subitem 9.4.5.4., o CONTRATADO deverá realizar a indicação do real infrator ao CONTRATANTE. Minuta de termo de referência - CatLog - P01 91282962 SEI SEI-120001/002941/2024 / pg. 10

9.4.5.5. Em relação ao subitem anterior, o CONTRATANTE apresentará em até 24h (vinte e quatro horas) ao CONTRATADO documento comprobatório de que realizou regularmente a indicação do real infrator ao Órgão Competente.

9.4.5.6. Em caso de descumprimento pelo CONTRATADO do procedimento fixado neste item, o mesmo suportará, às suas expensas, o pagamento das multas relacionadas à atuação em questão.

9.4.5.7. O pagamento das multas de trânsito é de responsabilidade do condutor real infrator, devendo proceder com o pagamento após receber a notificação do CONTRATADO.

9.5. Processamento do Procedimento

Será utilizado o instrumento de Licitação por Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI e do art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Estaduais nº 48.816/2023 e 48.778/2023.

9.6. Instrumentalização do Procedimento - Adoção do Sistema de Registro de Preços

Não se aplica.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9.7. Critério de Julgamento

O julgamento será com base no menor preço global, conforme o art. 8º do Decreto Estadual nº 48.778/2023 e a Lei Federal nº 14.133/2021, com modo de disputa aberto e fechado.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios constantes do Art. 60 da Lei 14.133/2021. Serão observados os critérios de julgamento conforme o Capítulo V da Lei 14.133/2021.

9.8. Regime de Contratação

Neste contrato será adotado o regime de execução de empreitada por preço global, pois faz parte da prática de mercado da solução pretendida.

9.9. Forma de Execução

9.9.1. A execução contratual deve ser observada no Termo de Referência - TR na medida em que a forma de execução pode impactar na entrega final do objeto. A fim de garantir a correta entrega, a Administração pode lançar mão de ferramentas capazes de garantir os objetivos da contratação. Como exemplo, a aplicação de penalidades às empresas contratadas devido à inexecução total ou parcial do objeto.

9.9.2. Nesse sentido, é importante que no TR constem o Modelo de Gestão (art. 6º, XXIII, 'f' c/c art. 92, XVIII, da Lei nº 14.133/2021) que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade, bem como a previsão de Acordo de Nível de Serviço - ANS (IV, 'e' do art. 17 e IV do art. 48 do Decreto 48.816/2023), com parâmetros aceitáveis de inexecução parcial e previsões de descontos sem aplicação de penalidades.

9.9.3. Ocorrências que ultrapassam parâmetros de ANS devem receber as devidas punições, aferidas na justa medida diante da situação concreta.

A prestação deste serviço será iniciada de forma unificada, com a apresentação de todos os atores envolvidos. Todos deverão estar em condições de receberem as informações e os treinamentos internos que serão interpostos pela CONTRATANTE.

9.9.4. Deverão participar da apresentação da frota de veículos oficiais, do sistema de abastecimento desses veículos, da operação do sistema de rastreamento e da rotina diária do setor de transportes.

9.9.5. Com relação ao início da execução, o marco será a publicação do extrato do contrato no DOERJ.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9.10. Habilitação

9.10.1. Qualificação Técnica

9.10.1.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

9.10.1.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, qualidades e quantidades e prazos com o objeto da contratação, nos termos do artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/21.

9.10.1.3. A comprovação da aptidão referida no item anterior, será feita mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, na forma do § 5º do artigo 67º da Lei Federal nº 14.133/21.

9.10.1.4. O (s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão ou Entidade possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.

9.10.1.5. O(s) atestado(s) deve(m) comprovar a aptidão para o fornecimento de um quantitativo de 10 condutores habilitados na categoria "D" e devidamente capacitados para exercerem a função de motorista rodoviário. Deverá ser considerado a parcela de maior relevância e o quantitativo de postos de trabalho a serem executados;

9.10.1.6. Para atendimento do percentual indicado no subitem anterior, será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a fornecimentos/serviços realizados que sejam compatíveis com o objeto desta contratação.

9.10.1.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para verificação da veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica, caso em que a associação deverá prestar todas as informações e encaminhar todos os documentos necessários para a comprovação.

9.10.1.8. Nos termos da Instrução Normativa do Ministério do Planejamento nº 05/2017, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão ou se decorrido, pelo menos, um ano de início de execução do contrato, exceto se firmado em prazo inferior.

9.10.1.9. Apresentar o Certificado do curso de Direção Defensiva dos motoristas que prestarão serviço à CONTRATANTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o início da vigência do Contrato.

9.10.1.10. Os atestados deverão trazer a informação das quantidades, prazos e características dos serviços prestados de maneira clara e objetiva.

9.10.2. Qualificação Econômico Financeira

9.10.2.1. Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

9.10.2.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

de pessoa jurídica.

9.10.2.3 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

9.10.2.4. A empresa deverá apresentar, ainda, declaração contendo a relação de compromissos por ela assumidos, que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

9.10.2.5. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.10.2.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.10.2.7. Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.10.2.8. Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

9.10.2.9. Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

9.10.2.10. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não}$

$\text{Circulante})$ $SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

- a) Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- b) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.10.3 Habilitação Jurídica

9.10.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9.10.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.10.3.3. Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

9.10.3.4. Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa DREI /ME nº 88, de 23 de dezembro de 2022, ou norma posterior que regule a matéria.

9.10.3.5. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.10.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.10.3.7. Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.10.4. Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista

9.10.4.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.10.4.2. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

9.10.4.3. Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.10.4.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

9.10.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9.10.4.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, naquilo que couber.

9.10.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:

- Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e
- Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

10. DOS FORNECIMENTOS ACESSÓRIOS

10.1. Trata-se do fornecimento de materiais, uniformes, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos e outros, que venham a ser utilizados diretamente na execução dos serviços.

10.2. Configura uma prática bem comum nesse tipo de serviço que contenha valores diluídos no custo mensal de cada profissional por determinado critério de rateio, normalmente sobre o número de meses de vigência do contrato. É de suma importância o detalhamento de todos os materiais e equipamentos necessários para execução contratual, viabilizando o estabelecimento de preço máximo para cada um dos itens e avaliação de metodologia do dispêndio para cada item.

10.3. O item 9.4.2.4. exige do motorista boa apresentação individual na prestação do serviço de condutor de veículo. Nas atividades cotidianas de transporte de pessoal, realizadas pela CONTRATANTE, é comum que sejam conduzidas autoridades, pesquisadores de outras instituições, personagens do meio cultural, entre outros. E é o motorista o primeiro contato dessas personalidades com o ambiente da CONTRATANTE. Isso explica a preocupação com a apresentação individual que será confirmada pelos uniformes que deverão ser confeccionados em um único padrão e deverão conter a identificação da CONTRATADA (nome e/ou logomarca) em local visível, pelo menos nas peças que compõem a parte superior do vestuário (impresso ou bordado). Os uniformes não podem ser transparentes e os funcionários não podem estar vestidos com uniformes rasgados, furados, manchados, avariados, sujos ou apertados.

10.4. A CONTRATADA deverá fornecer gratuitamente aos seus empregados, 02 (dois) uniformes completos quando de sua admissão. E ainda deverá fornecer, no máximo, 02 (dois) uniformes por ano, a serem requisitados pelo empregado, seguindo o padrão definido na Tabela 6:

Tabela 6 - Padrão mínimo para uniforme

Item	Objeto	Vida útil em meses
1	Calça social - material: oxford	12
2	Camisa social de manga curta com botões e	12



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

	Bolsos - material: algodão	
3	Gravata – material poliéster	12
4	Sapato social	12
5	Meia social – material poliamida	12
6	Cinto social com fivela cromada Material poliamida	12
7	Crachá: 54mm x 85mm x 0,76 mm – bordas arredondadas frente colorida e verso monocromático, furo vertical na presilha, com impressão de foto e dados variáveis	12
8	Jaqueta impermeável com zíper - Material: oxford poliamida	12

10.5. Os funcionários deverão estar sempre calçados, não sendo permitido o uso de sandálias ou chinelos.

10.6. Não será permitida a permanência nos postos de serviço de funcionários sem o crachá.

10.7. Outro item de extrema importância a ser fornecido pela CONTRATADA é o aparelho de telefone celular. Este acessório é fundamental para viabilizar a comunicação por meio de chamadas de voz ou mensagens. Será também utilizado para conectar o motorista ao seu veículo de trabalho, por meio do sistema de rastreamento fornecido pela CONTRATANTE.

11. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Duração do Contrato

11.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, contados a partir da data indicada no contrato, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada no contrato.

11.1.2. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as diretrizes trazidas nos arts. 33 a 41, do Decreto no 48.816/2023.

11.1.3. A prorrogação na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/21, está condicionada a recomposição da planilha de composição de preços mediante a eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos em sua integralidade no



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

primeiro período de vigência contratual.

11.1.4. O prazo de início dos serviços poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram motivos devidamente evidenciados e sujeitos à análise prévia do setor requisitante e aprovação da Administração da UENF.

11.1.5. A prorrogação de que trata este item deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação.

11.1.6. Será permitida a prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que promovido por meio da competente celebração de termo aditivo de contrato e observado ainda o seguinte:

- Os serviços tenham sido prestados regularmente pela CONTRATADA.
- A UENF mantenha o seu interesse na realização do serviço.
- O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para o Órgão.
- A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação do contrato.

11.1.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro ou com Administração da UENF, ao menos enquanto perdurarem seus efeitos;

11.1.8. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

11.1.9. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado à Diretoria Geral de Administração - DGA/UENF, localizada à Av. Alberto Lamago, 2000 - CEP 28013-602, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes - RJ, Telefone: (22) 27397014, e-mail: dga@uenf.br.

11.2. Reajustamento de Preços

11.2.1. Deve-se estabelecer o instituto a ser considerado para o reajustamento de preços, podendo ser pelo critério de reajustamento de preços em sentido estrito ou por repactuação, dependendo da natureza do objeto contratado. Além disso, conforme o Enunciado nº 14 da PGE e o inciso LVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/21, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, há previsão e procedimentalização para a adoção do reajuste e escolha do índice adequado ao objeto que se pretende contratar. Portanto, deve estar previsto o índice a ser aplicado para o reajuste de preços.

Neste caso, fica estabelecido o instituto da repactuação conforme descrito no item 11.2.2.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

11.2.2. Reajustamento por repactuação

11.2.2.1. A repactuação é uma espécie do reajuste contratual, utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade da proposta, que venha a ocorrer durante a vigência do contrato.

11.2.2.2. O pedido de repactuação deverá ser analisado pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

11.2.2.3. O prazo para análise do pedido de repactuação a que diz respeito o item 11.2.2.2., poderá ser prorrogado por igual período pelo CONTRATANTE, desde que motivado.

11.2.2.4. Os preços contratados serão repactuados, após o interregno de 1 (um) ano, mediante requerimento expresso do CONTRATADO e de acordo com a convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação.

11.2.2.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

11.2.2.6. A repactuação solicitada deve ser acompanhada de demonstração analítica de variação dos custos, por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

11.2.2.7. O CONTRATADO, no momento do pedido, deverá apresentar o Anexo 1.5, Planilha de Custos e Formação de Preços, devidamente preenchido com os valores projetados nos modelos de solicitação de repactuação.

11.2.2.8. O CONTRATADO poderá realizar o pedido de repactuação dividindo-o em tantas parcelas quanto sejam necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

11.2.2.9. O CONTRATADO deverá, em relação aos custos decorrentes do mercado, informar no pedido de repactuação o respectivo aumento, a ser apurado mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade, acompanhado de memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

11.2.2.10. A variação dos custos previstos no item 11.2.2.9., somente será concedida, mediante a comprovação do CONTRATADO, considerando-se:

- a. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- b. as particularidades do contrato em vigência;
- c. a nova planilha com variação dos custos apresentada;
- d. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

e. a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

11.2.2.11. Nas repactuações que ocorram subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

11.2.2.12. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

11.2.2.13. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do Contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei no 14.133/2021.

11.3. Garantia

11.3.1. O CONTRATADO deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação do extrato do contrato, prestação de garantia, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, conforme definido pela autoridade competente.

11.3.2. O CONTRATADO poderá optar pelas modalidades de garantia constantes no art. 96, §1º da Lei nº 14.133/21.

11.3.3. Qualquer que seja a modalidade escolhida pelo CONTRATADO, a garantia assegurará o pagamento de:

11.3.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações neste previstas;

11.3.3.2. multas moratórias, compensatórias e administrativas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e

11.3.3.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, assim como as obrigações de regularidade perante o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

11.3.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do Contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término deste prazo de vigência.

11.3.5. A restituição da garantia ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis posteriores ao término do contrato, desde que a execução contratual tenha ocorrido satisfatoriamente, ou posteriores ao relatório de encerramento do contrato previsto no item 6.7.6, alíneas 'a', 'b' e 'c'- Modelo de Gestão e Fiscalização, caso a execução contratual não tenha ocorrido satisfatoriamente.

11.3.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.3.7. Ressalvada a hipótese de seguro-garantia, em que deverá ser observado o prazo do item 11.3.8, o CONTRATADO apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

11.3.8. Caso oferecida a modalidade de seguro-garantia, sua apresentação deve ocorrer em 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, e observar-se-ão as seguintes condições:

11.3.8.1. a apólice permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.3.8.2. a apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

11.3.8.3. será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 3.3.5. deste Termo de Referência; e

11.3.8.4. a apólice somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 3.3.3, observada a legislação que rege a matéria.

11.3.9. Em caso de oferecimento de títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.3.10. Caso a opção seja por fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.3.11. Caso a opção seja por garantia em dinheiro, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, por meio de crédito da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato, e o valor será corrigido monetariamente e restituído ao CONTRATADO.

11.3.12. O CONTRATADO obriga-se a fazer a reposição, a suplementação ou a renovação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado, no caso desta ser executada, total ou parcialmente, ou o Contrato for prorrogado ou tiver o seu valor alterado, assim como em qualquer outra situação que exija a manutenção da condição disposta no subitem 11.3.1.

11.3.13. A inobservância do prazo fixado para apresentação, reposição, suplementação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa e/ou outras penalidades, na forma disposta no contrato.

11.3.13.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, com a aplicação das sanções cabíveis.

11.3.14. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.3.15. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.3.15.1. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

11.3.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.3.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança, título da dívida pública ou autorização para a liberação da caução em dinheiro, atualizada monetariamente, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS E TRANSIÇÃO CONTRATUAL

Não se aplica à presente contratação.

13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Não se aplica à presente contratação.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de consórcio, com vistas a aumentar o número de participantes e ao aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, sendo uma medida razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição.

16. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

O art. 9º, inciso I, alínea “a”, da Lei no 14.133, de 2021, prevê que é vedado aos agentes públicos a execução de atos que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame, inclusive no caso de participação de sociedades cooperativas. Formando, no teor desse mandamento, a regra no sentido de viabilizar a participação de cooperativas em procedimentos licitatórios. No mesmo sentido, foram reiteradas decisões, como, por exemplo:

Acórdão no 1815/2003-Plenário, Acórdão no 307/2004-Plenário que culminaram com a publicação da Súmula no 281, TCU:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade.”

A razão para essa vedação é simples. Se assim não fosse, a disciplina das cooperativas violaria o pilar basilar do Direito do Trabalho (artigo 3º, da CLT). Nesse conflito de interesses e valores, direito das cooperativas x diretriz para a formação das relações de trabalho, prevaleceu o segundo, pois relaciona-se com direito constitucional fundamental.

Corroborando essa linha de raciocínio, há o argumento dado pela Lei nº 12.690/2012, confirmando que a celeuma envolvendo a contratação de cooperativas possui uma regra (tendente à possibilidade de participação em licitação), e uma exceção (pela impossibilidade, para atividades que, pela sua natureza, exijam subordinação de mão de obra). É o que se extrai do teor do artigo 10, §2º c/c artigo 5o, da citada Lei.

No campo estadual, a d. PGE/RJ, editou o Enunciado nº 33, os quais ditam as exceções à regra e os requisitos da admissibilidade das sociedades desta natureza.

Nesse passo, no caso de contratação de prestação de Apoio Técnico e Operacional - Serviço de Condutores, optou-se pela não admissão da participação de sociedades cooperativas.

17. INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

17.1. A adoção de Programa de Integridade deverá ser observada considerando a realidade de suas contratações.

17.2. O CONTRATADO deverá comprovar que mantém programa de integridade, nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/17 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

17.3. Caso o CONTRATADO ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 7.753/17 é facultado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato.

.

18. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE - DEMAIS CONSIDERAÇÕES

Não se aplica à presente contratação.

18.1. Contratações Interdependentes

Não se aplica à presente contratação.

18.2. Capacitação de Pessoal

18.2.1. Deverá a CONTRATADA promover a capacitação, por meio de cursos, dos funcionários que atuarão na função de condutores de veículos oficiais.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

18.2.2. Os cursos deverão ser ministrados por entidades reconhecidas pelo DETRAN/RJ, como por exemplo o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE - SEST/SENAT.

18.2.3. Os cursos necessários para o desenvolvimento das atividades no setor de transportes da CONTRATANTE são:

- 1- Curso Especializado de Transporte Coletivo de Passageiros (CETCP);
- 2- Curso Especializado de Transporte de Produtos Perigosos (CETPP);

18.3. Servidores que Participarão da Fiscalização do Contrato a ser Celebrado

18.3.1. Ficam definidos os servidores abaixo relacionados como os responsáveis pela fiscalização da presente contratação:

- 1- Ailton Azevedo da Silva - Presidente - ID Funcional nº 641676-4;
- 2- Nadson Quintanilha Couto - Fiscal ID Funcional nº 4185562-0;
- 3- Sérgio de Azevedo Pereira - Fiscal ID Funcional nº 641152-5.

19. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO

Os dados inerentes à contratação se caracterizam como públicos, garantindo o acesso à informação por parte dos interessados, sendo este direito fundamental a ser assegurado pela Administração, tendo o sigilo como uma exceção, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou contratado estará sujeito às penalidades na forma dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(VII, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

Conforme o Art. 7º, Inciso VII do Decreto nº 48.816/2023, diante das análises qualitativa e quantitativa realizadas ao longo do presente estudo técnico preliminar, constata-se que, para fins de contratação de serviços de condutores de veículos, a solução mais adequada é a contratação por meio de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

A declaração da viabilidade da contratação expressa nesta seção apresenta a justificativa da solução escolhida, abrangendo a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

É oportuno frisar que a presente contratação atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, sendo os riscos envolvidos administráveis.

Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

22. RESPONSÁVEIS

22.1 Equipe de Planejamento da Contratação

Nome	Área/Setor	Matrícula/ID	Telefone	E-mail
Ailton Azevedo da Silva	ASTRAN/Prefeitura	641676-4	(22) 999018862	azevedo@uenf.br
Sérgio de Azevedo Pereira	ASTRAN/Prefeitura	641152-5	(22) 998384488	sergio@uenf.br
Derval Soares Rodrigues	ASTRAN/Prefeitura	641679-9	(22) 998439799	derval@uenf.br
Kátia da Silva Vianna Menezes	GCOM/DGA	639972-0	(22) 997799336	katia@uenf.br

23. ANEXOS

- 1.1 Modelo de Gestão e Fiscalização do Contrato
- 1.2 Termo de Recebimento Provisório
- 1.3 Termo de Recebimento Definitivo
- 1.4 Modelo de Lista de Verificação de Pagamento
- 1.5 Planilha de Custos e Formação de Preços
- 1.6 Estimativa de diárias
- 1.7 Estimativa de horas suplementares
- 1.8 Boletim diário de transporte BDT
- 1.9 Termo de ciência de designação
- 1.10 Termo de Encerramento do Processo